

CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução/ Facebook



O então deputado Marcelo Freixo com o relatório da CPI

Governo do Rio de Janeiro quer tirar o gás das milícias

O governo do Rio de Janeiro informou ao Ministério da Justiça que tentará asfixiar pelo menos parte do faturamento das milícias que atuam no Estado.

A primeira medida será investigar as empresas que fornecem botijões de gás para as quadrilhas que, depois, repassam o

produto, com ágio, para moradores de áreas dominadas.

Na avaliação da área de segurança do estado, não será difícil detectar as fornecedoras de botijões, que são registradas na Agência Nacional do Petróleo, têm endereço fixo e CNPJ.

Alerta da CPI

O relatório final da CPI das Milícias, promovida em 2008 na Assembleia Legislativa do Rio, frisou a necessidade de cortar as fontes de recursos

dessas quadrilhas. Listou o fornecimento de gás, a exploração de transporte alternativo e a de canais de TVs por assinatura, o “gatonet”.

Providências

Distribuidoras de gás ressaltaram à CPI a necessidade de providências legais e institucionais para permitir

o controle de revendas, entre elas, um convênio com o Corpo de Bombeiros para fiscalização das empresas.

Tomaz Silva/ Agência Brasil



No Rio, Guarda Nacional atuará com Polícia Rodoviária

Nada junto, nem misturado

Uma das grandes preocupações do Ministério da Justiça é separar a atuação de seus policiais do trabalho das forças estaduais de segurança. Isso, pela desconfiança em relação ao nível de comprometimento das instituições fluminenses com quadrilhas de traficantes e de milicianos.

Os 305 membros da Guarda Nacional já enviados ao Estado trabalham subordinados à Polícia Rodoviária Federal. Eles reforçam o patrulhamento em estradas e na Avenida Brasil, que tem 58,5 quilômetros de extensão. Isso é possível porque seu trajeto inclui trechos das BR-101, da BR-040 e da BR-116.

Expansão

Um trabalho do Grupo de Estudos em Novas Ilegalidades da Universidade Federal Fluminense e do Instituto Fogo Cruzado concluiu que as áreas

controladas por milícias no Estado cresceram 387% nos últimos 160 anos. Elas ocupam metade da Região Metropolitana do Rio.

Divulgação/ Fiocruz



Antirretroviral de Farmanguinhos simplifica tratamento do HIV gratuitamente pelo SUS

Tratamento do HIV facilitado no SUS

Combinação de antirretrovirais que auxilia o tratamento do HIV está chegando no SUS

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) começou a fornecer ao SUS uma combinação de antirretrovirais que vai facilitar o tratamento do HIV/aids. Desde este mês de outubro, o instituto distribui à saúde pública a combinação do dolutegravir 50mg e do lamivudina 300mg em um único medicamento.

A Fiocruz explica que, tradicionalmente, o tratamento do HIV envolvia combinações de vários medicamentos de diferentes classes para suprimir o vírus com efetividade e impedir o avanço da infecção para quadros de aids.

“Uma única dose diária de um comprimido deste medi-

camento garantirá a eficácia e auxiliará na continuidade do tratamento, com menor potencial de toxicidade e de efeitos adversos graves, não havendo histórico nenhum de resistência”, informa a Fiocruz.

O Ministério da Saúde prevê receber neste ano 10,8 milhões de unidades do medicamento. Para 2024, 30 milhões serão fornecidos.

O diretor de Farmanguinhos/Fiocruz, Jorge Mendonça, destaca o produto vai contribuir para a adesão aos tratamentos, um dos maiores desafios no manejo do HIV. “O fornecimento destes medicamentos combinados para o SUS contribuirá significati-

vamente para a efetividade e continuidade dos tratamentos em pacientes adultos e adolescentes com mais de 12 anos de idade e peso mínimo de 40 kg. Além de ter dosagem mais simples e redução da carga de comprimidos, diminui o potencial para interações medicamentosas e efeitos colaterais”, explica.

A produção é fruto de uma parceria de Farmanguinhos com as farmacêuticas privadas ViiV Healthcare Company e GlaxoSmithKline (GSK), que prevê desenvolvimento, transferência de tecnologia e o fornecimento do medicamento, incentivando o aprendizado e dando autonomia para uma produção totalmente nacional.

Famílias do semiárido

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

O presidente Lula participou, na terça (24), em Brasília, do anúncio do Projeto Sertão Vivo, Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste. A iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), das Nações Unidas, vai destinar R\$ 1,8 bilhão a 439 mil famílias no semiárido nordestino, para ações que contribuirão para o combate à fome e aos efeitos das mudanças climáticas.

Durante o evento no Palácio do Planalto, o BNDES e o FIDA assinaram o contrato de financiamento dos recursos que serão disponibilizados para todos os nove estados da região, que tiveram os projetos aprovados no âmbito do edital lançado em julho deste ano.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou que não é apenas um projeto social, mas um campo de pesquisa estratégico diante do cenário



Recursos serão destinados a nove estados nordestinos

de eventos climáticos extremos. Segundo ele, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura também é uma das parceiras do projeto.

A parceria entre BNDES e FIDA vai apoiar projetos nos estados da Região Nordeste que promovam o aumento da resiliência climática da população rural do semiárido brasileiro, incluindo agricultores familiares, assentados da reforma agrá-

ria e comunidades tradicionais, como povos indígenas, fundo de pasto e quilombolas.

Os beneficiados receberão capacitação e deverão adotar práticas que proporcionem acesso à água, aumentem a produtividade e a segurança alimentar de suas famílias. Inicialmente, apenas quatro estados seriam contemplados, mas o BNDES anunciou a ampliação com recursos próprios.

Famílias ocupam prédio da União

Cerca de 80 famílias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) ocuparam na madrugada de terça (24) um prédio da União, onde antes funcionava a Polícia Rodoviária Federal, em Brasília. O patrimônio estava desocupado desde 2012, quando o órgão foi transferido para o setor policial. As famílias pedem que o imóvel seja destinado a moradias populares para reforma urbana.

Segundo um dos dirigentes do movimento, Cristiano Schumacher, a ocupação é parte da Jornada Nacional de Luta pela Moradia, que envolve uma pauta de reivindicações para combater o déficit habitacional, como a ampliação do Programa Minha Casa Minha Vida para pessoas de baixa renda, destinação de imóveis desocupados da União, de estados e de municípios para moradias populares e a criação de grupos de trabalho que proponham políticas públicas para a solução do problema habitacional no país. “Precisamos positivar o direito constitucional à moradia e combater o déficit habitacional”, reforça.

Cristiano Schumacher diz que a ocupação em Brasília é um recorte do que vem sendo apontado pelas últimas pesquisas que indicam que o problema afeta principalmente famílias lideradas por mulheres. Os dados são do IBGE entre 2016 a 2019.

Demissões surpresa no metrô de São Paulo

O Metrô de São Paulo anunciou a demissão de cinco operadores de trens por causa da paralisação surpresa do último dia 12.

Ao todo nove funcionários sofreram punições. Além dos cinco demitidos, um foi suspenso por 29 dias e outros três, que contam com estabilidade sindical, serão suspensos sem remuneração para serem submetidos a inquérito perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que segundo o Metrô vai apurar a ocorrência de falta grave e decidir sobre demissão.

Na época, o Sindicato dos Metroviários afirmou que o protesto ocorreu por causa de advertências a trabalhadores da linha 2-verde, consideradas injustas.

A paralisação, de aproximadamente três horas, ocorreu nove dias após a greve que interrompeu por um dia grande parte do transporte sobre trilhos na cidade.

A greve do dia 3 foi em conjunto com a CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) e a Sabesp (Companhia de Saneamento do Estado), por causa de privatizações no governo Tarcísio de Freitas. Durante a greve, ele chamou várias vezes a paralisação de política.

“A companhia também avalia outros casos e não descartar novas punições”, afirmou o Metrô, em nota.

Procurados, diretores do Sindicato dos Metroviários disseram que estavam reunidos na tarde da terça para discutir as demissões.

PGR recebe relatório final da CPMI do 8/1

A Procuradoria-Geral da República (PGR) recebeu nesta terça-feira (24) o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 janeiro.

O documento foi entregue à procuradora-geral da República interina, Elizeta Ramos, pela senadora Eliziane Gama e outros integrantes da CPMI. Na semana passada, o relatório marcou fim dos trabalhos da comissão e indiciou 61 pessoas, entre elas, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O subprocurador Carlos Frederico Santos foi designado para analisar o relatório e propor eventuais investigações contra os cita-

dos do documento final. Santos atua na investigação dos atos e foi responsável por denunciar cerca de 1,4 mil acusados.

O material contém 1,3 mil páginas e 7 terabytes de arquivos digitais, incluindo imagens, vídeos e diversos documentos que embasaram os indiciamentos.

Mais cedo, Eliziane Gama e os deputados federais Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Rogério Correia (PT-MG), além do senador Raulo Rodrigues (Rede-AP), também entregaram o relatório da CPMI ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

PL do novo ensino médio

O governo federal enviou nesta terça (24) ao Congresso Nacional projeto de lei com diretrizes para a Política Nacional de Ensino Médio, que propõe alterações no novo ensino médio, aprovado em 2017.

O projeto de lei ocorre após as mudanças no currículo dessa etapa de ensino terem sido criticadas por entidades, estudantes, professores e especialistas.

A proposta foi apresentada pelo ministro da Educação, Camilo Santana, e representantes de conselhos e entidades educacionais ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião na tarde desta terça-feira (24), no

Palácio do Planalto.

“A proposta é fruto de ampla consulta e debate público, como devem ser os processos democráticos. Na busca pelo consenso, o que nos une é a certeza de que nossa juventude merece mais oportunidades, com ensino médio atrativo e de qualidade”, disse Camilo Santana, nas redes sociais, após apresentar o projeto ao presidente da República.

Entre o que prevê o projeto, estão: retomada de 2,4 mil horas de Formação Básica para estudantes do ensino médio sem integração com curso técnico. Atualmente, são 1,8 mil horas

de formação; volta de todas as disciplinas obrigatórias do ensino médio – como sociologia, filosofia e artes – incluindo língua espanhola em toda a rede no prazo de três anos; redes de ensino poderão oferecer de forma excepcional a Formação Básica de 2,1 mil horas desde que articulada com um curso técnico de, no mínimo, 800 horas; definição de quatro Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos Propedêuticos (itinerários). Cada percurso deverá contemplar pelo menos três áreas de conhecimento. Cada escola terá de oferecer dois dos quatro percursos.